

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	19.923	24.080
1.01	Ativo Circulante	4	5
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	3	4
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3	4
1.02	Ativo Não Circulante	19.919	24.075
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.919	24.075
1.02.01.03	Contas a Receber	8	7
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.911	24.068
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	19.911	24.068

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	19.923	24.080
2.01	Passivo Circulante	642	665
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	188	182
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	188	182
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	188	182
2.01.02	Fornecedores	292	277
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	292	277
2.01.03	Obrigações Fiscais	162	206
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	162	206
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	162	206
2.02	Passivo Não Circulante	278.732	277.424
2.02.02	Outras Obrigações	16.143	19.396
2.02.02.02	Outros	16.143	19.396
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	311	330
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	15.149	16.332
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	683	2.734
2.02.04	Provisões	262.589	258.028
2.02.04.02	Outras Provisões	262.589	258.028
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	262.589	258.028
2.03	Patrimônio Líquido	-259.451	-254.009
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-426.947	-420.889
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	45.714	45.098
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.881	-4.825	-2.201	-3.583
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-120	-263	-74	-236
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-1	-125	-125
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.760	-4.561	-2.003	-3.223
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.881	-4.825	-2.201	-3.583
3.06	Resultado Financeiro	-321	-617	119	150
3.06.01	Receitas Financeiras	0	2	133	177
3.06.02	Despesas Financeiras	-321	-619	-14	-27
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.202	-5.442	-2.082	-3.433
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	-5
3.08.01	Corrente	0	0	0	-5
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.202	-5.442	-2.082	-3.438
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.202	-5.442	-2.082	-3.438
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,73268	-0,76648	-0,00293	-0,00484
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,73268	-0,76648	-0,00293	-0,00484

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.202	-5.442	-2.082	-3.438
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.202	-5.442	-2.082	-3.438

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.974	-272
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-881	-215
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-5.442	-3.438
6.01.01.02	Resultado de Equivalencia Patrimonial	4.561	3.223
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.093	-57
6.01.02.01	Outras Contas a Receber	0	-1
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-63	-58
6.01.02.03	Salarios a Pagar e Provisões	6	0
6.01.02.04	Outras Contas a Pagar	-2.051	2
6.01.02.06	Fornecedores	15	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.974	272
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.442	0	-5.442
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.442	0	-5.442
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-5.442	0	-5.442
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	616	-616	0	0
5.06.05	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	616	-616	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	49.380	-426.947	-1.992	-259.451

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.441	0	-3.441
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.441	0	-3.441
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-3.441	0	-3.441
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.679	1.475	0	-204
5.06.04	Reversão de mais valia reflexa sobre Propriedades para investimento de controlada	0	0	0	-204	0	-204
5.06.05	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.679	1.679	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	47.738	-412.172	-1.992	-246.318

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-170	-299
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-170	-299
7.03	Valor Adicionado Bruto	-170	-299
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-170	-299
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-4.558	473
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.561	-3.223
7.06.02	Receitas Financeiras	2	3.694
7.06.03	Outros	1	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-4.728	174
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-4.728	174
7.08.01	Pessoal	84	59
7.08.01.01	Remuneração Direta	77	0
7.08.01.02	Benefícios	7	0
7.08.01.04	Outros	0	59
7.08.01.04.01	Honorarios de Diretoria	0	59
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16	17
7.08.02.01	Federais	16	17
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	614	3.536
7.08.03.01	Juros	605	3.528
7.08.03.03	Outras	9	8
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.442	-3.438
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.442	-3.438

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	211.235	214.986
1.01	Ativo Circulante	31.288	35.529
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	147	274
1.01.03	Contas a Receber	22.114	25.083
1.01.03.01	Clientes	19.493	20.851
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.621	4.232
1.01.04	Estoques	5.824	5.706
1.01.04.01	Estoques	5.246	4.811
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	578	895
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.203	4.466
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.203	4.466
1.02	Ativo Não Circulante	179.947	179.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.409	57.274
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.752	13.198
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.752	13.198
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.657	44.076
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.574	34.433
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	4.784	4.632
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	4.299	5.011
1.02.02	Investimentos	16.761	16.760
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.761	16.760
1.02.03	Imobilizado	106.468	105.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	106.468	105.122
1.02.04	Intangível	309	301
1.02.04.01	Intangíveis	309	301

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	211.235	214.986
2.01	Passivo Circulante	364.758	353.073
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.502	10.853
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.502	10.853
2.01.02	Fornecedores	6.854	7.545
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.854	7.545
2.01.02.01.01	Fornecedores	6.854	7.545
2.01.03	Obrigações Fiscais	334.591	319.781
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	334.591	319.781
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	334.137	319.327
2.01.03.01.03	Impostos Diferidos	454	454
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.672	1.896
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.672	1.896
2.01.05	Outras Obrigações	10.139	12.998
2.01.05.02	Outros	10.139	12.998
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.985	5.429
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.608	6.924
2.01.05.02.08	Faturamento Antecipado	1.546	645
2.02	Passivo Não Circulante	106.192	116.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.370	2.704
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.370	2.704
2.02.02	Outras Obrigações	63.300	71.118
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.333	36.107
2.02.02.02	Outros	31.967	35.011
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	30.241	31.236
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.726	3.775
2.02.03	Tributos Diferidos	17.642	17.960
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.642	17.960
2.02.04	Provisões	22.880	24.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.880	24.399
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	22.880	24.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-259.715	-254.268
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-426.947	-420.889
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	45.714	45.098
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-264	-259

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.132	100.660	49.747	97.282
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.074	-80.752	-39.049	-75.182
3.03	Resultado Bruto	8.058	19.908	10.698	22.100
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.887	-6.655	-5.147	-10.807
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.227	-4.425	-2.067	-4.257
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.179	-3.493	-1.918	-3.646
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.429	5.095	1.104	2.875
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.910	-3.832	-2.266	-5.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.171	13.253	5.551	11.293
3.06	Resultado Financeiro	-9.378	-18.700	-7.635	-14.687
3.06.01	Receitas Financeiras	20	57	420	1.411
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.398	-18.757	-8.055	-16.098
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.207	-5.447	-2.084	-3.394
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	0	-47
3.08.01	Corrente	0	0	0	-47
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.207	-5.447	-2.084	-3.441
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.207	-5.447	-2.084	-3.441
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.202	-5.442	-2.082	-3.438
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5	-5	-2	-3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,73338	-0,76718	-0,00293	-0,00484
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,73338	-0,76718	-0,00293	-0,00484

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-5.207	-5.447	-2.084	-3.441
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-5.207	-5.447	-2.084	-3.441
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.202	-5.442	-2.082	-3.438
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5	-5	-2	-3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.449	5.685
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.745	11.915
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-5.442	-3.438
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.558	3.727
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Risco de Crédito	73	86
6.01.01.04	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	166	1.579
6.01.01.06	Participações de Minoritários	-5	-3
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado	2.610	1.356
6.01.01.08	Variação de Provisão para Contingências	2.518	0
6.01.01.09	Variação de Tributos Diferidos	-318	-1.001
6.01.01.10	Variação de Passivos Tributários	11.585	9.609
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.296	-6.230
6.01.02.01	Variação Clientes	1.285	-8.820
6.01.02.02	Variação Estoques	-435	-1.243
6.01.02.03	Variação Adiantamento a Fornecedores	317	-357
6.01.02.04	Variação Impostos a Recuperar	1.122	-842
6.01.02.05	Variação Outras Contas a Receber	2.323	-1.886
6.01.02.06	Variação Depósitos Judiciais	-152	-747
6.01.02.07	Variação Fornecedores	-691	2.719
6.01.02.09	Variação de Faturamento Antecipado	901	1.250
6.01.02.10	Variação de Impostos, taxas e Contribuições	2.230	2.214
6.01.02.11	Variação de Salários a Pagar e Provisões	649	2.355
6.01.02.12	Variação de Adiantamento de Clientes	-2.444	154
6.01.02.14	Variação de Outras Contas a Pagar	-3.364	-1.027
6.01.02.17	Variação de Provisão para Contingências	-4.037	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.524	-6.442
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado/Intangível	-7.524	-6.442
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.052	739
6.03.01	Variação de Empréstimos e Financiamentos	-724	-1.372
6.03.03	Variação em Partes Relacionadas	-4.328	2.111
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-127	-18
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274	278
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	147	260

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.442	0	-5.442	-5	-5.447
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.442	0	-5.442	-5	-5.447
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-5.442	0	-5.442	-5	-5.447
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	616	-616	0	0	0	0
5.06.04	Reversão de mais valia reflexa sobre Propriedades para investimento de controlada	0	0	616	-616	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	49.380	-426.947	-1.992	-259.451	-264	-259.715

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	49.417	-410.206	-1.992	-242.673	-251	-242.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.441	0	-3.441	-3	-3.444
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.441	0	-3.441	-3	-3.444
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-3.441	0	-3.441	-3	-3.444
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.679	1.475	0	-204	0	-204
5.06.04	Reversão de mais valia reflexa sobre Propriedades para investimento de controlada	0	0	0	-204	0	-204	0	-204
5.06.05	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-1.679	1.679	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	47.738	-412.172	-1.992	-246.318	-254	-246.572

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	107.622	105.030
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	107.023	102.782
7.01.02	Outras Receitas	672	2.334
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-73	-86
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.194	-45.407
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.008	-22.238
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.186	-23.169
7.03	Valor Adicionado Bruto	58.428	59.623
7.04	Retenções	-3.610	-3.515
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.610	-3.515
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	54.818	56.108
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.222	7.361
7.06.02	Receitas Financeiras	57	4.738
7.06.03	Outros	4.165	2.623
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.040	63.469
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.040	63.469
7.08.01	Pessoal	39.853	35.859
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.856	28.314
7.08.01.02	Benefícios	5.382	5.421
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.615	2.124
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.417	9.093
7.08.02.01	Federais	4.078	4.102
7.08.02.02	Estaduais	1.339	4.991
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.217	21.958
7.08.03.01	Juros	18.483	21.489
7.08.03.03	Outras	734	469
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.447	-3.441
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.442	-3.438
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-5	-3

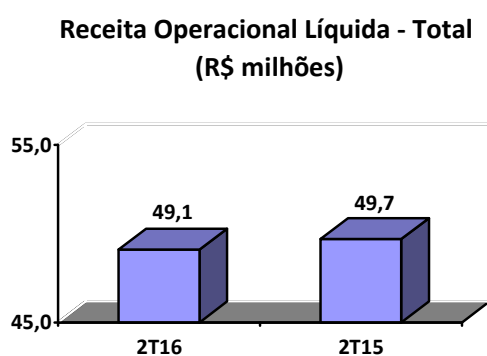
Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA CONSOLIDADA

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, manteve sua receita líquida estável durante o 2T2016 quando comparado com o mesmo período de 2015, sendo de R\$ 49,1 milhões no 2T2016 e de R\$ 49,7 milhões no 2T2015.



VOLUMES PRODUZIDOS:

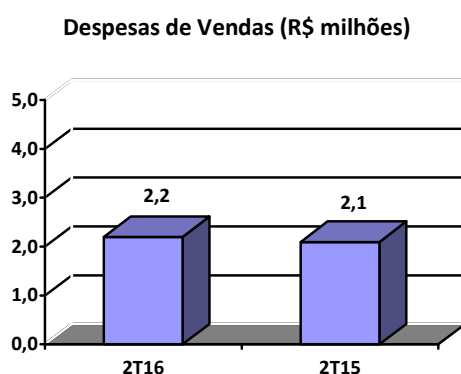
Produção Própria e para Terceiros	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	2T2016	2T2015	2T2016	2T2015	2T2016	2T2015
Produção Própria						
Industrializados de Carnes (ton)	1.879	1.529	1.896	2.266	3.775	3.795
Carne de Aves (ton)	-	-	559	910	559	910
CMS e Farinhas (ton)	-	-	468	416	468	416
Produção para Terceiros						
Aves abatidas (cabeças-mil)	12.382	14.201	-	-	12.382	14.201
Produção Rações (ton)	52.908	51.340	-	-	52.908	51.340
Produção Pintos (un-mil)	14.960	14.767	-	-	14.960	14.767

Comentário do Desempenho

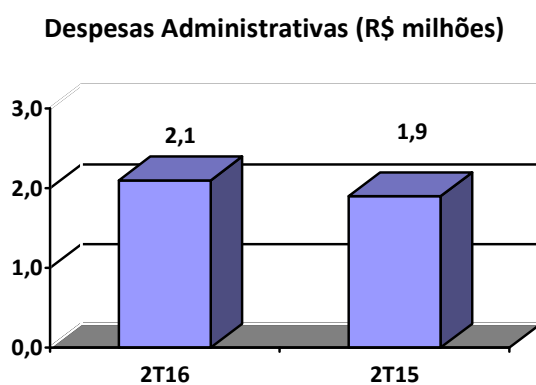


DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS

No 2T2016 as despesas com vendas mantiveram-se estáveis em comparação ao mesmo período de 2015, sendo de R\$ 2,1 milhões em 2015 e de R\$ 2,2 milhões em 2016, equivalentes a 4,2% e 4,5% respectivamente da receita operacional líquida. A manutenção dos valores, se comparados as despesas realizadas no mesmo período do ano anterior, estão relacionados a consolidação do constante monitoramento de gastos e otimização da estrutura administrativa da Companhia e de sua Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.



As despesas gerais e administrativas igualmente mantiveram-se estáveis no 2T2016 em relação ao mesmo período de 2015, sendo R\$ 1,9 milhões em 2015 e R\$ 2,1 milhões em 2016, equivalentes a 3,9% e 4,3% respectivamente da receita operacional líquida.



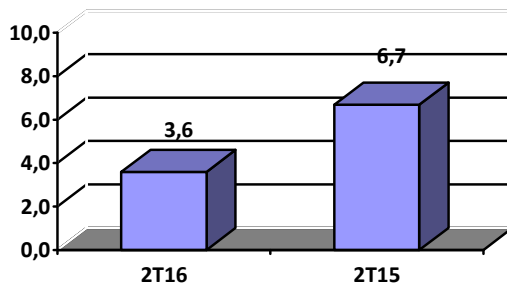
Comentário do Desempenho



LUCRO BRUTO (-) DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

O resultado operacional do trimestre, representado pelo Lucro Bruto deduzido das despesas de vendas e administrativas consolidadas da Minupar totalizou R\$ 3,6 milhões no 2T2016, equivalente a 7,3% da receita operacional líquida. No mesmo período de 2015, alcançou R\$ 6,7 milhões ou 13,5% da receita operacional líquida. Esta redução está diretamente relacionada a suspensão das atividades da unidade fabril de Passo Fundo que ocasionou um aumento nos custos daquela unidade, no 2º trimestre, em decorrência do encerramento dos contratos de trabalho dos respectivos colaboradores.

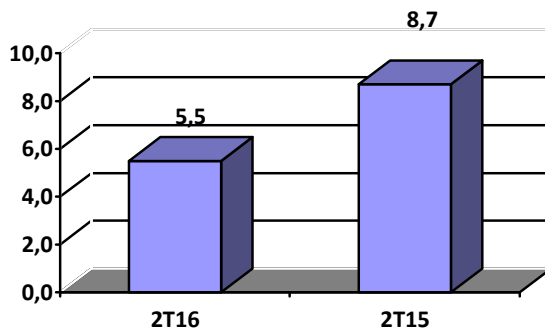
Lucro Bruto (-) despesas comerciais e administrativas (R\$ milhões)



EBITDA

O EBITDA consolidado da Minupar no 2T2016 foi de R\$ 5,5 milhões ou 11,2% da receita líquida e R\$ 8,7 milhões ou 17,5% da receita líquida no mesmo período de 2015. Esta redução, conforme já exposto, deve-se a elevação dos custos ocorridos em função da suspensão das atividades da unidade fabril de Passo Fundo, no 2º trimestre/2016.

EBITDA (R\$ milhões)



Comentário do Desempenho



Relacionamento com os Auditores Externos

No decorrer do período, nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 22 de julho de 2016.

A Administração.

Notas Explicativas**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016
(em milhares de reais)****NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis trimestrais Individuais e Consolidadas do período de 30 de junho de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 22 de julho de 2016, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao segundo trimestre de 2016.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1 Declaração de Conformidade****3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas Explicativas



3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são

Notas Explicativas



convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento

Notas Explicativas



contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

Notas Explicativas



3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	30/06/2016			30/06/2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	89.139	18.803	107.942	80.787	23.418	104.205
(-) Impostos	(6.364)	-	(6.364)	(5.499)	-	(5.499)
(-) Devoluções	(529)	(389)	(918)	(678)	(746)	(1.424)
Receita líquida de produtos e serviços	82.246	18.414	100.660	74.610	22.672	97.282

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da

Notas Explicativas

Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa	-	-	6	5
Bancos - conta corrente	1	1	141	269
Total	1	1	147	274

NOTA 05 - CLIENTES - CONSOLIDADO

	30/06/2016	31/12/2015
Mercado interno	15.563	17.080
Mercado externo	4.607	4.375
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(677)	(604)
Subtotal	19.493	20.851
(-) Faturamentos antecipados	(1.546)	(645)
(-) Adiantamentos de clientes	(2.985)	(5.429)
Clientes a receber, líquido.	14.962	14.777

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

	30/06/2016	31/12/2015
Produtos prontos	625	335
Matérias primas	827	1.211
Materiais de embalagem	1.206	1.095
Materiais de manutenção	1.875	1.635
Subtotal	4.533	4.276
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	713	535
Total	5.246	4.811

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO

Circulante	30/06/2016	31/12/2015
IRRF a recuperar	1	1
IRPJ a recuperar	688	720
CSLL a recuperar	250	263
PIS e COFINS a recuperar	115	346
ICMS a recuperar	1.850	2.869
ICMS a recuperar - Imobilizado	97	65
Crédito de Exportação (Reintegra)	202	202
Total	3.203	4.466

Não Circulante	Ref.	30/06/2016	31/12/2015
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	34.369	34.369
ICMS a Recuperar – Imobilizado		205	64
Total		34.574	34.433

a) Crédito Prêmio IPI – Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS**a) Participações Societárias - Individual**

Em 30/06/2016 a Companhia é controladora direta das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2015	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(189.600)	(68.428)	(258.028)
+/- Equivalência Patrimonial	(3.343)	(1.218)	(4.561)
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	205	(205)	-
+ Provisão para Perdas	192.738	69.851	262.589
Saldo do investimento em 30/06/2016	-	-	-

Notas Explicativas**b) Propriedades para investimento - Consolidado**

Grupos	30/06/2016			31/12/2015
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640	6.640
Prédios	17.025	(6.904)	10.121	10.120
Total	23.665	(6.904)	16.761	16.760

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	30/06/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	0,00%	16.695	-	16.695	16.695
Prédios	2,50%	58.048	(1.035)	57.013	54.795
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	31.720	(2.199)	29.521	28.057
Moveis e utensílios	8,33%	2.131	(231)	1.900	2.036
Computadores e periféricos	33,33%	562	(41)	521	174
Veículos	20,00%	161	(35)	126	161
Imobilizações em andamento	-	689	-	689	3.201
Outros	0,00%	3	-	3	3
Subtotal imobilizado		110.009	(3.541)	106.468	105.122
Intangível		327	(18)	309	301
Total		110.336	(3.559)	106.777	105.423

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentam-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em
	31/12/2015					30/06/2016
Terrenos	16.695	-	-	-	-	16.695
Prédios	54.795	3.216	-	37	(1.035)	57.013
Maquinas e equipamentos	28.057	3.677	(14)	-	(2.199)	29.521
Moveis e utensílios	2.036	99	(4)	-	(231)	1.900
Computadores e periféricos	174	88	-	300	(41)	521
Veículos	161	-	-	-	(35)	126
Imobilizações em andamento	3.201	418	(2.592)	(338)	-	689
Outros	3	-	-	-	-	3
Subtotal imobilizado	105.122	7.498	(2.610)	(1)	(3.541)	106.468
Intangível	301	26	-	-	(18)	309
Subtotal intangível	301	26	-	-	(18)	309
Propriedade para Investimento	16.760	-	-	1	-	16.761

Notas Explicativas

Subtotal Prop. para Investimento	16.760	-	-	1	-	16.761
Total	122.183	7.524	(2.610)	-	(3.559)	123.538

A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	30/06/2016	30/06/2015
Custo dos produtos e serviços vendidos	3.484	3.398
Despesas administrativas	123	114
Despesas com vendas	3	3
Total	3.610	3.515

Ao final do período há um total a pagar de R\$ 21, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	21

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	30/06/2016	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	Jul/16	1.384	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	230	2.068
Arrendamento Mercantil		-	-	21	-
Banrisul – Consórcio		-	-	37	302
Totais				1.672	2.370

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2015	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	jan a mar/16	1.559	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	267	2.406
Arrendamento Mercantil		-	-	25	-
Banrisul – Consórcio		-	-	43	298
Banrisul – Limite de Créd.		-	-	2	-
Totais				1.896	2.704

Legenda:

- a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores Nacionais	6.854	7.545
Total	6.854	7.545

Conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do Ajuste a Valor Presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de

Notas Explicativas

operações passivas de curto prazo sobre as quais o Ajuste a Valor Presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisões de férias e 13º salário	-	-	8.875	7.509
Salários / Pró-labore a pagar	188	182	2.071	2.368
Rescisões a pagar	-	-	14	12
Outras obrigações a pagar	-	-	542	964
Total	188	182	11.502	10.853

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES - CONSOLIDADO

	30/06/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS a recolher	1.709	-	1.532	-
Impostos retidos sobre serviços	393	-	456	-
IRRF a recolher	1.710	-	1.741	-
IRPJ/CSLL a recolher	108.689	-	105.415	-
FGTS a recolher	344	-	581	-
INSS a recolher	176.586	-	166.323	-
PIS e COFINS a recolher	37.787	-	36.610	-
Funrural a recolher	81	-	79	-
Outros Impostos a Recolher	793	-	779	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.260	-	1.213	-
Subtotal	329.352	-	314.729	-
Parcelamento Lei 11.941/2009	107	55	152	78
Parcelamento Lei 12.996/2014	1.582	19.707	1.499	19.428
ICMS - RS	17	-	46	-
ICMS - SP	789	1.125	675	1.345
ICMS - SC	1.251	1.734	1.198	2.259
Parcelamento IOF	-	198	-	215
FGTS	582	7.194	563	7.476
SESI/SENAI	457	228	435	435
IPTU	-	-	3	-
INSS	-	-	27	-
Subtotal	4.785	30.241	4.598	31.236
Total	334.137	30.241	319.327	31.236

Notas Explicativas**NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO**

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	12.972	13.206
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.670	4.754
Total	454	454	17.642	17.960

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração dos Administradores**

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 14 de abril de 2016 da seguinte forma: a) Minupar – em até R\$ 700 mil; b) Sulaves – em até R\$ 500; c) Valepar – em até R\$ 500, e; d) Minuano – em até R\$ 700 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2016.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	58	58
Diretoria Executiva	14	186

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Não Circulante	30/06/2016	31/12/2015
Agostinho Carrer Partic. Ltda.	12.752	13.198
Total	12.752	13.198

Passivo Não Circulante	30/06/2016	31/12/2015
Serra do Roncador Part. Ltda.	25.366	26.135
Acionistas e Outros	5.967	9.972
Total	31.333	36.107

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Saldo em	Provisão para contingência				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2015	8.752	15.366	281	24.399	3.817	814	1	4.632
Movimentação (Adições-Baixas)	690	(2.209)	-	(1.519)	91	61	-	152
30/06/2016	9.442	13.157	281	22.880	3.908	875	1	4.784

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 148.257 mil (R\$ 148.257 mil em 31/12/2015), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO - CONSOLIDADO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

Notas Explicativas



NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da Lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

a) Medida Provisória nº 470/2009

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

b) Lei nº 11.941/2009

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada tiveram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

Notas Explicativas



c) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	497	76.297	76.794
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
(=) Total líquido do passivo tributário aderido	268	27.900	28.168

Em 30 de julho de 2015, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a controladora e sua controlada indireta formalizaram os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

No caso da Companhia Minuano, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, houve o incremento de débitos, no montante do passivo tributário aderido, no total de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, os mesmos permanecem pendentes de consolidação, sendo que a Companhia aguarda o respectivo normativo.

d) Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	152	507	659
(-) Pagamentos da Lei 13.043/2014	(46)	(152)	(198)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	(461)
(=) Total	-	-	-

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir, em milhares de reais:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015
Incêndio, Raio e Explosão	35.000	42.900
Perda ou Pagamento de Aluguel	200	-
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	3.000
Vendaval e Granizo	6.000	7.800

Notas Explicativas

Desmoroamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.500	6.780
Alagamentos e Inundação	1.000	1.160
Lucros Cessantes	20.312	18.465
Estoques	1.000	1.000

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 18% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

Notas Explicativas



NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	30/06/2016		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	12.167	-	-
Materiais de embalagem	2.593	-	-
Salários incorridos	23.911	413	1.525
Encargos sociais incorridos	7.019	78	559
Férias e 13º salário incorridos	4.419	88	148
Benefícios a empregados	5.210	41	123
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	226	-	-
Equipamento de proteção individual	780	-	(1)
Serviços 3º/ Industrialização 3º	5.850	308	607
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	3.623	13	44
Energia elétrica	8.593	-	41
Materiais de limpeza	175	-	11
Telefonia e transmissão de dados	49	33	34
Combustíveis e lubrificantes	1.064	69	14
Comissões sobre vendas	-	188	-
Viagens e estadias	17	31	35
Taxas e encargos legais	3	-	74
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	8	-
Fretes rodoviários e marítimos	119	1.866	3
Custos aduaneiros de exportação	1	580	-
Publicidade e propaganda	-	269	83
Análises laboratoriais	361	89	-
Provisões para contingências/PCLD	-	77	-
Depreciações	3.484	3	123
Locações/Aluguéis	725	-	9
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	164	-
Seguros	216	2	46
Outros gastos	147	105	15
Total	80.752	4.425	3.493

	30/06/2015		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	13.597	-	-
Materiais de embalagem	2.999	-	-
Salários incorridos	21.627	336	1.418
Encargos sociais incorridos	5.319	69	279
Férias e 13º salário incorridos	4.438	66	215
Benefícios a empregados	5.184	54	186
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	704	-	72
Equipamento de proteção individual	720	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	4.934	236	744

Notas Explicativas

Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	2.639	16	16
Energia elétrica	6.641	-	32
Materiais de limpeza	153	-	11
Telefonia e transmissão de dados	46	31	36
Combustíveis e lubrificantes	1.150	53	9
Comissões sobre vendas	-	151	-
Viagens e estadias	14	14	32
Taxas e encargos legais	155	1	34
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	19	-
Fretes rodoviários e marítimos	86	1.487	3
Custos aduaneiros de exportação	1	704	-
Publicidade e propaganda	-	327	94
Análises laboratoriais	294	5	-
Provisões para contingências/PCLD	-	89	-
Depreciações	3.398	3	114
Locações/Aluguéis	459	-	10
Abatimentos concedidos sobre vendas	3	142	-
Seguros	264	5	44
Outros gastos	357	449	297
Total	75.182	4.257	3.646

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	30/06/2016	30/06/2015
Encargos incorridos em passivos fiscais	(35)	(3.812)
Despesas gerais incorridas	(1.221)	(1.849)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(15)	(28)
Provisão para Contingências	(2.518)	-
Reversão de Créditos Tributários	(43)	(54)
Encargos Parcelamento FGTS	-	(36)
Outras Despesas Operacionais	(3.832)	(5.779)
Créditos tributários	492	2.558
Receitas gerais auferidas	4.581	260
Receita de venda de imobilizado	22	56
Recuperação de Despesa	-	1
Outras Receitas Operacionais	5.095	2.875
Resultado líquido	1.263	(2.904)

Notas Explicativas**NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO**

	30/06/2016	30/06/2015
Variações cambiais ativas	-	209
Descontos financeiros obtidos	35	47
Juros ativos sobre impostos	-	793
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	-	177
Outras receitas financeiras	22	185
Receitas financeiras	57	1.411
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(166)	(1.579)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(51)	(82)
Variações Cambiais Passivas	(259)	-
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(9)	(10)
Descontos financeiros concedidos	(93)	(92)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(2)	-
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(4.149)	(6.709)
Despesas decorrentes de obrigações fiscais	(13.177)	(6.915)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(672)	(379)
Outras despesas financeiras	(179)	(332)
Despesas Financeiras	(18.757)	(16.098)
Resultado financeiro líquido	(18.700)	(14.687)

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

Notas Explicativas



	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	35.611	35.865	72.331	68.340	-	-	107.942	104.205
Impostos e devoluções	(6.251)	(5.655)	(1.031)	(1.268)	-	-	(7.282)	(6.923)
RECEITA LÍQUIDA	29.360	30.210	71.300	67.072	-	-	100.660	97.282
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(22.792)	(21.556)	(57.960)	(53.626)	-	-	(80.752)	(75.182)
LUCRO BRUTO	6.568	8.654	13.340	13.446	-	-	19.908	22.100
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(3.493)	(3.646)	(3.493)	(3.646)
Despesas com vendas	(3.970)	(3.730)	(455)	(527)	-	-	(4.425)	(4.257)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	5.095	2.875	5.095	2.875
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(3.832)	(5.779)	(3.832)	(5.779)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	2.598	4.924	12.885	12.919	(2.230)	(6.550)	13.253	11.293
Despesas financeiras	-	-	-	-	(18.757)	(16.098)	(18.757)	(16.098)
Receitas financeiras	-	-	-	-	57	1.411	57	1.411
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	2.598	4.924	12.885	12.919	(20.930)	(21.237)	(5.447)	(3.394)
GSL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	(47)	-	(47)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.598	4.924	12.885	12.919	(20.930)	(21.284)	(5.447)	(3.441)
Atribuído a Acionistas não Controladores							(5)	(3)
Atribuído a Acionistas Controladores							(5.442)	(3.438)

Notas Explicativas**NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 30/06/2016	7.100
Resultado do exercício (consolidado)	(5.447)
Resultado por ação básico e diluído	(0,76718)

NOTA 27 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de abril de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e alteração posterior, os procedimentos para consolidação da modalidade de Débitos Previdenciários administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em julho de 2016 a controlada indireta formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano Presidente	Welinton Balderrama dos Reis Vice-Presidente
Chao En Ming Conselheiro	Chao En Hung Conselheira
Cynthia Christina da Silva Vello Conselheira	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger Conselheiro

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich Diretora Presidente	Marcos Antônio Costa de Almeida Diretor de Relações com Investidores CRC/RS 068539/O-0
---	--

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao

Conselho e Acionistas da

Minupar Participações S.A.

Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Em 03 de maio de 2016 a Companhia efetuou a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo (RS). Dentre outros fatores determinantes a suspensão das atividades da referida unidade, pesou o encerramento, em abril/2016, do contrato de prestação de serviço de abates de aves que a Minuano mantinha junto à outra empresa do ramo.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27, em 11 de abril de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e alteração posterior, os procedimentos para consolidação da modalidade de Débitos Previdenciários administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em julho de 2016 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30/06/2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, na geração de caixa, e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. As informações contábeis intermediárias não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 05 de agosto de 2016.

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS

CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelin

CRC/RS 052365/O-8

Sócio Responsável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2016

Para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2016.

Lajeado, 22 de julho de 2016.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

CPF: 006.031.730-20

Marcos Antônio Costa de Almeida

Diretor de Relações com Investidores

CPF: 785.283.990-87

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 30 DE JUNHO DE 2016

Para fins do disposto no inciso V do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes emitido pela Michelin & Puerari Auditores e Consultores S/S, relativo às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2016.

Lajeado, 05 de agosto de 2016.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

CPF: 006.031.730-20

Marcos Antônio Costa de Almeida

Diretor de Relações com Investidores

CPF: 785.283.990-87